

# “A VIOLÊNCIA NÃO NOS PERTENCE, NÓS SOMOS VÍTIMAS DESSA VIOLÊNCIA”\*: DISCURSOS SOBRE O GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA EM RECIFE-PE

“VIOLENCE DOESN’T BELONG TO US, WE ARE  
ITS VICTIMS”: DISCOURSES ON THE GENOCIDE  
OF THE BLACK POPULATION IN RECIFE-PE

Joyce Amâncio de Aquino Alves<sup>†</sup>

**Resumo:** A discussão sobre o genocídio da população negra tem sido intensificada a partir da luta antirracista dos movimentos negros no Brasil, que buscam apontar a desigualdade e a violência que os atingem na sociedade. Nessa perspectiva, os discursos sobre o genocídio da população negra aparecem sob a forma de protesto político e a militância antirracista tem buscado evidenciar o fenômeno de violência e exclusão que definem as condições desse segmento na História Brasileira. É a partir da ideia do Mito da democracia racial e de um colonialismo ainda não rompido que a interpretação das estatísticas de mortes das vidas negras e dos índices de acessos à saúde, educação, moradia, entre outros, revelam a condição do ser negro. A nossa pesquisa busca compreender a construção dos discursos sobre o genocídio da população negra no cenário de Recife-PE. A partir dos discursos, identificamos os posicionamentos dos sujeitos sociais através do aporte teórico pós-colonial e da análise crítica do discurso na perspectiva de Teun Van Dijk, analisando os mecanismos mais ou menos sutis pelos quais o sistema de dominação racial é reproduzido. Por meio de entrevistas, foi possível perceber os elementos que compõem e constroem os discursos sobre o genocídio da população negra pautados numa desmistificação da igualdade racial. Aponta-se que os discursos analisados estabelecem duas principais matrizes sociais discursivas: as raízes do Colonialismo português e o Mito da Democracia Racial que se apresentam sob uma rede de significados, denunciando que não rompemos com esses fundamentos e que a democracia racial já tensionada se encontra em crise a partir dos discursos evidenciados no cenário político.

**Palavras-chave:** Discurso. Genocídio da população negra. Mito da democracia racial

---

\* Trecho da fala de Paulo (Assistente Social e militante do Coletivo Cara Preta, 26 anos). Entrevista semiestruturada concedida à pesquisadora em 2017.

† Professora Adjunta no curso de Relações Internacionais no Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira no campus Malês-Bahia. (IHLM/UNILAB). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande e Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: joycealves@unilab.edu.br

**Abstract:** The discussion about the genocide of the black population has been intensified from the anti-racist struggle of the black movements in Brazil, which seek to point out the inequality and violence that affect them in society. In this perspective, the discourses on the genocide of the black population appear in the form of political protest, and anti-racist militancy has sought to highlight the phenomenon of violence and exclusion that define the conditions of this segment in Brazilian History. It is from the idea of the myth of racial democracy and an unbroken colonialism that the interpretation of black people death statistics and the indices of access to health, education, housing, among others, reveal the condition of being black. Our research seeks to understand the construction of the discourses on the genocide of the black population in the Recife-PE scenario. From the discourses, we identify the positions of the social subjects through the postcolonial theoretical contribution and the critical analysis of the discourse in Teun Van Dijk perspectives, analyzing the more or less subtle mechanisms by which the system of racial domination is reproduced. Through interviews, it was possible to perceive the elements that compose and construct the discourses on the genocide of the black population based on a demystification of racial equality. It is pointed out that the analyzed discourses establish two main discursive social matrices: the roots of Portuguese Colonialism and the Myth of Racial Democracy that present themselves under a network of meanings, denouncing that we do not break with these foundations and that the already stressed racial democracy finds itself in crisis from the discourses evidenced in the political scenario.

**Keywords:** Discourse. Genocide of the black population. Myth of racial democracy

## 1 Introdução

Há algumas discussões sobre o uso do termo “genocídio” no contexto brasileiro. O termo tem sido utilizado pela militância antirracista para a definição do fenômeno da morte violenta vivenciada pela população negra no Brasil. O número elevado de homicídios de negros tem despertado o interesse por pesquisas acadêmicas que analisam essa problemática. Alguns autores brasileiros já apontam a denominação de “genocídio” para abordar essa dinâmica tendo em vista a definição jurídica internacional utilizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, em 1948 (FERREIRA; CAPPI, 2016).

Historicamente, vimos que o precursor da conceituação sobre genocídio no contexto brasileiro foi Abdias do Nascimento (1978), mas, dada a especificidade histórica do uso do termo na nossa conjuntura, autores como Marisa Fefferman (2013), João Vargas (2010, 2016), Felipe Freitas (2015), Ana Flauzina Pinheiro (2014) e Paulo Ramos (2014) também têm realizado pesquisas que visam a abordar em que condições o termo genocídio explica a realidade do nosso país. Esses autores discutem os caminhos analíticos que possibilitam entender como houve e ainda há um genocídio em curso no Brasil.

Os enfrentamentos realizados pelos pesquisadores apontam para a necessidade de aprofundarmos o estudo sobre a utilização do termo genocídio como uma denúncia ao racismo e provocam debates em torno do uso adequado do termo, visto que

As dúvidas e os equívocos instalam-se no momento em que se pensa a transposição de um conceito, formulado originalmente em 1944 na Europa

para enquadrar o extermínio dos judeus após a Segunda Guerra mundial, para a sociedade brasileira do século XXI. As diferenças se situam tanto do ponto de vista do contexto geopolítico e temporal, quanto do ponto de vista do grupo étnico visado (FERREIRA; CAPPI, 2016, p. 554).

A definição jurídica internacional enquadrando com dificuldades políticas e disputas os acontecimentos históricos de morte sistemática de alguns grupos sociais. O caso da população negra no Brasil tem sido pensado a partir dos elementos históricos que caracterizam os limites e possibilidades de refletir sobre o genocídio da população negra a partir da conceituação da ONU. Nesse sentido, a mesma definição presente na Convenção de Repressão do Crime de Genocídio, em 1948, embasou diferentes situações:

O que se nota é que não há um único tipo ou uma única forma de execução. Assim, podemos nos perguntar se o aumento drástico de homicídios de jovens negros e a manutenção desse número ao longo das últimas décadas constitui um fenômeno que possamos chamar de genocídio à luz do conceito apresentado anteriormente (FERREIRA; CAPPI, 2016, p. 558).

O debate teórico e empírico que os pesquisadores brasileiros buscam fomentar é: por que falarmos de um genocídio no Brasil e quais as dificuldades de legitimar esse fenômeno? Diante do caso brasileiro, há a tentativa de “ressignificar a possibilidade de utilização do termo para designar o fenômeno das mortes em ampla escala de jovens negros e pobres no Brasil” (FERREIRA; CAPPI, 2016, p. 559). As discussões têm provocado novas investigações sobre o ativismo antirracista brasileiro e lançado novas narrativas sobre a problemática.

As recentes pesquisas sobre o genocídio da população negra apontam que a utilização da noção de genocídio é útil para compreender de maneira mais profunda a realidade brasileira. Autores como Ana Flauzina Pinheiro (2014) e Ricardo Cappi (2016) afirmam possibilidades dessa designação para esse fenômeno, entendendo que tal caracterização evoca um aprofundamento necessário para a reflexão do tipo de genocídio que ocorre em nosso país, ao ressaltar a ausência da devida atenção por parte do Estado.

É importante percebermos que, a partir dos estudos já realizados, encontramos diálogos comuns como a relação entre a segurança pública e os altos índices de mortes juvenis negras, que pautam a urgência sobre o tema, pois:

Com os dispositivos estatais voltados para a produção de dados estatísticos sobre homicídio, embora estruturados do ponto de vista jurídico e organizacional, carecem, ainda, de instrumentos para aprimorar a leitura racial do fenômeno (FERREIRA; CAPPI, 2016, p. 564).

A seguir, apresentamos como são construídos os discursos da militância antirracista em Recife-PE, que pautam o genocídio da população negra, compreendendo os elementos que os mesmos revelam, a partir da análise teórica pós-colonial de Frantz Fanon e de outros autores como Abdias do Nascimento. Utilizamos a perspectiva da Análise Crítica do Discurso sob os pressupostos de Teun Van Dijk através dos pontos centrais que evidenciam esse debate.

## 2 Discursos sobre o genocídio da população negra: vozes da militância antirracista em Recife-PE

A nossa pesquisa é desenvolvida no município de Recife, capital do Estado de Pernambuco, localizada na Região Nordeste do país. Parte do nosso estudo compõe a tese de doutorado em Sociologia que buscou compreender a construção dos discursos sobre o genocídio da população negra no cenário de Recife-PE. Ao estabelecermos alguns contatos iniciais com membros da militância antirracista na cidade, era reforçado que a temática estava “ganhando as ruas”, principalmente a partir dos dados divulgados no Mapa da Violência de 2014<sup>1</sup>, que apontavam os alarmantes índices de mortalidade da juventude pernambucana, sobretudo quando caracterizada a cor das vítimas. Pernambuco exerceu um importante papel na economia colonial, sendo reduto de escravos no passado, e muitos bairros da cidade permanecem com a população prioritariamente negra. Peixinhos, bairro de Olinda-PE, tem 75% de seus moradores pretos (SENE, 2015). Juntos, eles somam 3.787 pessoas, das 4.998 que moram no local. Por trás das estatísticas, revela-se o processo de povoamento da capitania. Se Afogados, que hoje tem 60% de seus moradores negros, assim se denomina, foi devido ao grande número de escravos que se afogaram ao tentar atravessar o Rio Cedros, braço do Capibaribe<sup>2</sup>.

Assim, a partir da ótica da militância antirracista, representada aqui pelos membros do Movimento Negro Unificado e pelo Coletivo Cara Preta (ambos de Recife-PE), e enfatizando suas perspectivas que também posicionam o papel ativo da Polícia Militar enquanto instituição que direciona suas práticas para a violência racial, investigamos a configuração do sentido de genocídio usado nas marchas, protestos e audiências públicas ocorridas na cidade do Recife-PE. Observa-se que se utilizou a categoria “extermínio” em alguns desses eventos, como uma forma de caracterizar as altas taxas de homicídios de jovens negros. Sobre a especificidade de Pernambuco e a dinâmica das relações raciais, o sociólogo Francisco Jatobá de Andrade (2012, p. 68) desenvolve sua tese de Doutorado, intitulada *Classe, raça e ação afirmativa: a política de inclusão numa universidade pública de Pernambuco*, e traça alguns elementos sócio-históricos da realidade Pernambucana, realçando que

[...] a estrutura de classes em Pernambuco, se constitui, preservando de maneira funcional, formas tradicionais de desigualdade e relações hierárquicas (inclusive racialmente), as quais apresentam certa eficácia no controle de ganhos materiais e simbólicos para o benefício de grupos dominantes.

É importante destacar também que em Recife ocorreram duas audiências públicas sobre o genocídio da juventude negra realizadas em maio de 2015 e agosto de 2016 (AUDIÊNCIA..., 2015; PERNAMBUCO, 2016), envolvendo o Ministério Público de Pernambuco MPPE, a Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania do Recife com atuação em Direitos Humanos, como também o Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminais, o Grupo de Trabalho de Enfrentamento ao Racismo (GT-Racismo) e a presença de militantes negros.

<sup>1</sup> Dados sobre o Mapa da Violência disponíveis em Waiselfisz (2014).

<sup>2</sup> Sobre os dados referentes à Recife, consultar Sene (2015).

Nas referidas audiências, houve debates conceituais, sociais, políticos e jurídicos e vários dados sobre a realidade dos jovens negros de Recife, buscando encaminhamentos sobre a questão racial.

Quadro 1: Eventos sobre o tema do genocídio ocorridos em Recife-PE durante esta pesquisa

Eventos	2015	2016	2017
<b>Audiências públicas</b>	X	X	Nenhum registro
<b>Marchas e Protestos</b>	X	X	Nenhum registro

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir das mobilizações em torno da pauta do genocídio, buscamos entrevistar as principais lideranças envolvidas nas marchas e protestos ocorridas entre 2014 e 2017, compostas principalmente pelo Movimento Negro Unificado e pelo coletivo de pauta racial. Entrevistamos cinco dessas lideranças apresentadas no quadro abaixo, com suas identificações realizadas por nomes fictícios. As entrevistas foram realizadas conforme iam sendo referenciadas as principais pessoas que participaram e organizaram diretamente os protestos contra o genocídio da população negra nos últimos anos:

Quadro 2: Militantes do Movimento Negro (MNU<sup>3</sup>) e do Coletivo Cara Preta<sup>4</sup>

	Maria	João	Luiz	Joana	Paulo
Idade	23 anos	58 anos	68 anos	44 anos	26 anos
Sexo	Feminino	Masculino	Masculino	Feminino	Masculino
Naturalidade	Recife-PE	Recife-PE	Palmeira dos Índios-AL	Recife-PE	Recife-PE
Escolaridade	Superior incompleto	Pós-graduação	Superior Completo	Superior Completo	Pós-graduado
Cor/Raça	Negra	Negro	Negro	Negra	Negro
Instituição	Coletivo Cara Preta	Movimento Negro Unificado-PE	Movimento Negro Unificado-PE	Movimento Negro Unificado-PE	Coletivo Cara Preta
Duração da entrevista	48 minutos e 50 segundos	1h e 01segundos	39 minutos e 12 segundos	30 minutos e 32 segundos	47 minutos e 51 segundos

Fonte: Elaborado pelo autor.

A questão do genocídio da população negra é analisada aqui a partir dos discursos dos cinco militantes entrevistados. Um ponto em comum nas entrevistas é a ideia de que o genocídio é algo relacionado a fatores processuais e estruturais, como a chegada dos escravos ao Brasil, apontando-o dentro de um contexto no qual a violência é dada como uma continuidade histórica. Ao serem perguntados sobre o que entendem por genocídio, observa-se:

*“É um processo de exterminar uma raça, né, um povo assim... é... e é um coisa que acontece desde o Brasil Colônia, né,*

<sup>4</sup> O Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização nacional pioneira na luta do povo negro desde 1978.

<sup>4</sup> O Coletivo Cara Preta é uma organização da juventude negra da cidade de Recife-PE criada a partir de 2016.

*desde que o povo negro veio da África que a gente é exterminado sabe... se extermina o povo negro quando se nega acesso à universidade, quando se nega políticas públicas, quando se nega acesso à educação, acesso à saúde. Quando todas essas políticas públicas não chegam nas comunidades, quando não são suficiente. Enfim... quando extermina um povo”. (informação verbal, grifo nosso)<sup>5</sup>.*

Verifica-se na fala da entrevistada, a relação estabelecida entre a situação do negro desde o Brasil Colônia até os dias atuais ao mencionar a negação dada a esse segmento em vários âmbitos, como saúde e educação. Frantz Fanon (1968), em sua obra *Os condenados da terra*, teoriza sobre a descolonização e a presença de forças antagônicas existentes entre colonizado e colono, narrando-a sempre como um processo violento que posiciona os sujeitos e que, mesmo na descolonização, tais sujeitos não passam despercebidos. Notamos elementos de continuidade histórica nos quais a colonização não parece rompida nas práticas contemporâneas, na interpretação dos agentes entrevistados.

Sobre as questões históricas na explicação e denominação sobre o genocídio, também observamos outros momentos históricos que foram citados como parte desse processo:

*“É uma, é uma... situação bastante delicada pra nós, negros e negras nessa Diáspora... a gente tem um sentimento de que essa ação é uma coisa orquestrada, ela não é desejo individual, é um desejo coletivo... do EXTERMÍNIO, não é nada do jovem negro, mas é vetado essa continuação da população negra a partir desse princípio da reprodução e que... o Extermínio da população negra é uma ação estruturante, né?... que ela vem sendo executada desde que foi constituído, posso assim dizer, o extermínio ele é constituído em 1537 com aquela bula papal do Papa, não sei se é Pedro III, que constitui uma determinação colocando que nós negros não tem alma... como que essa coisa dada como lei e aí abre o espaço para a gente ser exterminado, né?... porque o processo da tirada de nós negros do continente africano né?... dessa forma arbitrária que foi feita, ela tinha esse respaldo, né? e que se constitui até hoje, tá? Então é uma coisa que foi... que é estabelecida de uma forma de ação estruturante para executar, e aí, é... acho que muitos, né, dentro dessa visão, se reporta a essa situação que nos trouxe até hoje”. (informação verbal, grifo nosso)<sup>6</sup>.*

A relação com a Diáspora africana é apontada na segunda entrevista como um fenômeno relacionado à discussão de genocídio, no qual autores, como Vargas (2010), esboçam a multiplicidade de processos genocidas antinegros ao se debruçarem sobre a realidade do Brasil e dos Estados Unidos. Nesse contexto, Vargas (2010) aponta a questão da Diáspora e das lutas

<sup>5</sup> Entrevista semiestruturada concedida por Maria a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 10/03/2017.

<sup>6</sup> Entrevista semiestruturada concedida por João a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 17/03/2017.

liberatórias que surgiram para resistir ao genocídio. Flauzina (2006), também em perspectiva histórica, acrescenta ao debate sobre o genocídio a legislação acerca da vadiagem. Para a autora, o lugar do senhor, à luz da escravidão antes ocupado individualmente, apareceria agora encarnado na própria figura do Estado, mais particularmente das polícias (FLAUZINA, 2006). Desse modo, as experiências dos negros expõem o problema da morte do corpo negro com uma intensidade não variável, pois ainda se observam as referências históricas do fenômeno.

Consideramos que, na fala do entrevistado acima, o discurso aponta a relação com a história no intuito de realçar a operacionalização política do racismo pelo Estado. Nesse sentido, o caráter histórico do racismo pressupõe o seu desenvolvimento e a sua expansão, além da continuidade desses mecanismos na vida atual, que dá sentido às novas formas de dominação, não tão explícitas, mas legitimadas pelas instituições, fortalecendo os aspectos que indicam o racismo como uma construção histórica, baseada numa ideologia que se difunde a partir de agentes e instituições, desafiando-nos a perceber essas relações assimétricas entre brancos e negros.

Outro entrevistado explicita sua definição do que seja o genocídio da população negra. Ele também compreende que o fenômeno é um processo construído a partir das relações estabelecidas desde a colonização:

*“Algo construído... (pausa) só isso, é uma construção.... a questão do genocídio da população negra, e principalmente do jovem negro, isso tá/tá, como é que diz, quase que é uma ligação na história, né?... porque você vem no momento que você traz o negro da África pra escravizá-lo aqui, você começa o processo aí, eu posso pensar na mãe que resolve no navio abortar pra o filho não ser escravo, entendeu? Eu penso muito nessa coisa. Então o genocídio começa aí com a própria negrada ao negar o processo como é... escravocrata... matar o filho! Se matar, que é o pessoal que se jogava no mar e essa coisa toda e aí...”.* (informação verbal, grifo nosso)<sup>7</sup>.

Nessa fala, vemos que se repetem os elementos históricos ligados ao regime escravocrata no país, bem como o processo de violência que envolve a mãe negra ao abortar o seu filho para não o submeter à escravidão e de negação da sua condição humana neste sistema de dominação. O elemento colonial é bastante presente nos discursos dos militantes, o que nos faz refletir sobre como Fanon (1968) esmiúça o colonialismo e os seus efeitos, chamando-nos ao esforço de nos descolonizarmos, ao tratar esse contexto como um processo que estrutura a sociedade e que determina a organização política imposta.

*“[...] então essa questão do genocídio da juventude, genocídio da população negra no Brasil, ele começa a partir do momento que a gente entra aqui, a partir do momento que a população negra chega aqui nos navios negreiros, né?... é esse processo de genocídio começa desde o momento em que, em que os*

<sup>7</sup> Entrevista semiestruturada concedida por Luiz a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 14/03/2017.

*brancos europeus se sentiram autorizados de tirar os negros de África para escravizar e aí, de lá pra cá, isso só se... instrumentalizou, se sistematizou, se fortaleceu, ganhou novos formatos de existência e de perpetuação, a diferença é essa! Mas, assim, a lógica é a mesma!”*. (informação verbal, grifo nosso)<sup>8</sup>.

As considerações sobre a concepção de genocídio repetem os elementos do colonialismo, apresentando-o como uma denúncia ao novo formato de perpetuação. É interessante perceber que os entrevistados fornecem em seus discursos os elementos de origem e a forma como reconhecem os elementos fundantes do processo genocida. Nos discursos, há uma forte aproximação com o colonialismo europeu, sobretudo na organização política, como veremos a seguir:

*“Assim, eu penso que o genocídio... é o extermínio da juventude negra, eu acho que é um assunto que não deve sair de pauta de jeito nenhum em todos os espaços que a gente ocupar, a gente tem que falar... eu como mulher negra falar sobre o extermínio, falar sobre esse, esse, como é que eu posso dizer, sobre... que não existe uma educação, a gente... não existe uma igualdade dentro da nossa sociedade e os maiores é... os maiores que construiu isso foi a política, né, porque ela separou uma grande o separação, né?... e quando a gente traz isso a gente tá é dizendo assim, ‘olha, eu estou aqui, eu tô sempre na retaguarda e na defesa de me proteger e proteger quem tá perto de mim’...”* (informação verbal, grifo nosso)<sup>9</sup>.

É interessante perceber que os aspectos históricos e políticos que envolvem a construção do discurso sobre o genocídio da população negra passa pelo que Teun van Dijk (2006) analisa e considera como o triângulo discurso-cognição-sociedade, pois, para o autor, o postulado de que há uma ligação direta entre sociedade (sobretudo poder e dominação) e discurso que não pode ser aceito. Em seus termos, precisamos considerar uma interface cognitiva:

Se quisermos considerar o papel do discurso na reprodução do racismo na sociedade, necessitamos obviamente de uma abordagem integrada [referindo-se à integração discurso-cognição-sociedade]. Até onde eu sei, existe, no presente, apenas uma abordagem coerente, explícita e empiricamente garantida/segura que preenche tais condições: uma abordagem sociocognitiva do contexto (VAN DIJK, 2006, p. 163).

Para Van Dijk (2006, p. 209), a situação social determina as estruturas do discurso. Indivíduos, em “determinadas situações sociais”, fariam a “mesma coisa” ou compartilham de uma percepção de “situação igual”, mesmo em diferentes contextos sócio-históricos. Nos termos do próprio cognitivista, há outros modelos mentais envolvidos, pois, para falar “da mesma maneira”, seres humanos, em sua complexidade psicológica, deveriam se encontrar em “situações iguais”. Nesse sentido, o que podemos compreender é que a condição social do negro no Brasil

<sup>8</sup> Entrevista semiestruturada concedida por Paulo a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 20/03/2017.

<sup>9</sup> Entrevista semiestruturada concedida por Joana a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 14/03/2017.



ao longo da história é vista pelos militantes negros como uma “mesma situação”, que faz com que eles verbalizem o mesmo conteúdo (VAN DIJK, 2006, p. 162).

A discussão sobre o genocídio da população negra tem estabelecido conexões políticas entre os membros da militância e outros atores como o Ministério Público de Pernambuco e a Justiça de Defesa da Cidadania do Recife com atuação em Direitos Humanos, como já apontamos anteriormente, sobretudo durante a realização das audiências públicas.

Além do contexto sócio-histórico presente nas falas dos entrevistados, ao denominarem o genocídio da população negra, verificamos também a relação entre esse “passado” junto à atualidade desse processo:

*“Então, pô... falar do genocídio negro no Brasil é efetivamente pra mim... quando a gente olha o contexto atual, quando a gente começa a se debruçar nas discussões e de como isso tem ceifado a população brasileira, é... parece, né, academicamente, teoricamente, que isso é um assunto novo... que é um assunto bem recente, né? é... e isso é uma consequência desse próprio sistema racista. A gente tem uma universidade que se constrói numa perspectiva de atender uma população branca, né? Uma população elitizada que precisava ser muito rico para estar nas universidades e obviamente as discussões que a universidade se debruçava vinha para responder às demandas dessa elite branca, então... discussão racial na universidade ela é recente não porque é uma pauta nova, mas porque a universidade agora entendeu que precisa começar a discutir isso e mesmo assim vai a passos MUITO lentos... né?... então se a gente for perceber o cenário atual e for fazer um, um paralelo com o cenário que a gente tinha é... há alguns séculos atrás é... você vai ver que o cenário que é estratégia mesmo, então você pega os negros, né? coloca eles numa situação de subalternidade, tira deles essa subjetividade, desconstrói essa identidade racial”. (informação verbal, grifo nosso)<sup>10</sup>.*

Podemos compreender na fala do informante Paulo que a discussão sobre genocídio ganha espaços nos debates acadêmicos, mas, ao apontar “parece, né, academicamente, teoricamente que isso é um assunto novo... que é um assunto bem recente, né?”, visualizamos que a universidade vem buscando realizar, através dos intelectuais, um enfrentamento ao entendimento das formas de desigualdade e que o genocídio da população negra tem provocado interesse em estudos. Ainda que não seja algo novo, aprofunda-se sobre como esses processos podem ser decodificados por estudiosos, que é parte da nossa tarefa com esta pesquisa.

Ao dizer que *“se a gente for perceber o cenário atual e for fazer um, um paralelo com o cenário que a gente tinha é... há alguns séculos atrás é... você vai ver que o cenário que é estratégia mesmo, então você pega os negros, né? coloca eles numa situação de subalternidade, tira deles essa subjetividade, desconstrói essa identidade racial”*,

<sup>10</sup>Entrevista semiestruturada concedida por Paulo a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 20/03/2017.

Paulo apropria-se de um discurso que se aproxima diretamente dos pressupostos teóricos de Fanon (2008) e Abdias do Nascimento (1978), pois os teóricos delineiam bem como o processo colonizador reduz a subjetividade de determinados grupos como os negros. Abdias do Nascimento (1978), mais precisamente, trata sobre a realidade brasileira que impôs ao negro a aniquilação social e cultural, denunciando esse processo em pleno contexto de ditadura militar em nosso país.

*“[...] e a gente vai vendo o nosso povo sendo preso por um lado, perdendo a vida ali nas prisões, morrendo nas mãos dos policiais, não tendo acesso à saúde, não tendo acesso à educação e isso tudo compõe essa teia do genocídio da juventude negra, que na verdade a gente tem uma falsa impressão de que é só quando o cara tá morto, e isso é a expressão mais violenta de todo um processo que começa desde um processo de negação da subjetividade”. (informação verbal, grifo nosso)<sup>11</sup>.*

Destaca-se que o genocídio da população negra muitas vezes aparece com ênfase na juventude. Além disso, nota-se que não se trata do processo de morte como ápice da violência, mas toda uma série de processos de negação às políticas públicas, aos direitos sociais e à subjetividade negra.

É em relação aos efeitos genocidas do racismo institucionalizado, diário e cultural antinegros que as práticas transnacionais se tornam vitais para a sobrevivência das comunidades afrodiáspóricas e como projetos da organização social que sugerem alternativas ao nosso desumanizante, hierárquico e extremamente injusto mundo. É relevante repetir **que tais efeitos genocidas são eles mesmos multifacetados e afetam a existência de indivíduos negros em uma variedade de maneiras: a matança genocida é do corpo, da mente e do espírito**. A urgência que estimula perspectivas mundiais afrológicas atestam **como é vital que estas matanças sejam devidamente abordadas e impedidas. O genocídio cria imperativos teóricos e práticos de transformação radical** (VARGAS, 2010, p. 50, grifo nosso).

Para os militantes negros, o fenômeno do genocídio está representado como nos termos teóricos de Vargas (2010) à medida que citam os elementos que compõem as relações raciais no Brasil e muitas vezes invisibilizam a violência praticada contra a população negra. É perceptível que a militância, em seus discursos, indica, através do seu vocabulário, uma construção sobre o genocídio que perpassa a estrutura social estabelecida e a desafia:

*“[...] a questão do genocídio, mas não é a única...e aí você tem a educação dialogando... você tem... porque tudo é território, você tem o reconhecimento das terras quilombolas, né?... você tem a necessidade da saúde específica do povo negro, tem, aí você tem políticas públicas, você tem a necessidade do combate do racismo institucional que é um outro... veja que loucura, você tem o racismo público, né?... esse do cotidiano e você*

<sup>11</sup>Entrevista semiestruturada concedida por Paulo a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 20/03/2017.

*tem um racismo praticado com as condições que eu gero, que é o racismo institucional, só que a gente precisa entender que não tem nada de novo nesse racismo institucional, que ele tem um elemento que o baliza nesse resultado contemporâneo.... que é, por exemplo, a atitude que teve Rui Barbosa quando a gente entra no sistema republicano e esse indivíduo vai e diz para o mundo: “precisamos extirpar a mancha negra do Brasil”, e pra extirpar a mancha negra é queimando a minha história, não tem como aferir... porque um monte de documentos aí, né? que é pra nos tornar invisível, né?... só que ele esqueceu que a gente é semente e a gente germina em qualquer terreno”.* (informação verbal)<sup>12</sup>.

Portanto, a ideia de genocídio nos discursos dos membros da militância antirracista apresenta elementos sócio-históricos que atravessam as condições dadas ao negro no Brasil desde o processo de formação nacional, trazendo diversos componentes a serem destacados, como a violência e o racismo institucional, que sustentam a denúncia do racismo estrutural e simbólico da sociedade brasileira. Ao conceituarem o que entendem sobre genocídio, veiculam discursos que demonstram a existência da desigualdade racial e a naturalização da violência racista, sendo reproduzida de variadas formas.

Percebe-se na fala dos entrevistados a compreensão de que denominar o fenômeno da morte da juventude negra como genocídio destaca a atenção necessária para caracterizar o racismo, funcionando como um discurso que reforça a necessidade de diálogos políticos que denotem a reivindicação pelo fim da violência racial.

### **3 “A violência não nos pertence, nós somos vítimas dessa violência”: desafios na luta pelo fim do genocídio**

Ao final de cada entrevista com os militantes, pedimos que eles relatassem sobre os limites e os desafios. Observamos vários elementos que descreviam a realidade de se fazer militância em torno da questão racial. Alguns apontam para a própria realidade de ser negro em uma sociedade racista e de pautar questões como a morte da juventude negra na estratégia de dialogar com esse público, fazendo-o perceber a existência de um extermínio:

*“Assim, ó... na minha avaliação, tem dois prismas... você tem o prisma dos ativistas negros que aí envolve toda a questão de geração, não é a questão específica da juventude... eu, pessoalmente, não posso falar dos outros, vou falar por mim... acho que a gente consegue aqui provocar o debate, porém, com limitações, as limitações contextual, quando João fala, talvez ele fale a partir de onde ele está e de onde ele veio, né?... e aí eu tenho essa limitação de não conseguir... tô tentando estudar profundamente essa possibilidade... qual é a melhor linguagem para sensibilizar o diálogo com as vítimas diretas. O jovem! Porque esse, como parte interessada*

<sup>12</sup>Entrevista semiestruturada concedida por João a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 17/03/2017.

*direta, ele ainda não se vê passando por essa situação do extermínio, ele não se vê!”. (informação verbal)<sup>13</sup>.*

Nessa entrevista, observa-se que o militante entrevistado destaca o papel de conscientizar o jovem negro, a vítima desse processo, como parte dessa dinâmica violenta que o atinge. Esse posicionamento dialoga com o que Guimarães (2002) reconhece como “política de identidade” nos movimentos sociais negros, que visa a consolidar a identidade negra como elemento de luta política a partir do Movimento Negro Unificado, que surge em 1980.

É importante destacarmos que há a reflexão acerca da necessidade do conhecimento obtido através da educação e da formação para a prática política militante, para que haja uma base que possibilite um enfrentamento, inclusive diante do confronto junto à polícia, ao tratar do ativismo. O agente prossegue argumentando:

*[...] E aí entra nessa coisa do ativismo, e depois e isso é na porrada, porque é eu fico me perguntando... eu já fiz isso... porque é que você vai, tem um bloqueio da polícia e você vai e bota a cara com a bandeira na mão, claro que você tá fodido! Você vai levar porrada! Tá entendendo? Agora se eu chegasse junto do cara e tivesse a chance de conversar e perguntasse primeiro... quem comanda? Tem um comandante, não tem? Do mesmo jeito que tem do outro lado. Então o comando é o senhor, tu tem filho? E coisa e tal... e aí começar a castigar o cara no sensível dele, não é possível que ele não abra... entendeu? Agora, claro, ele vai dizer ‘Não! eu vim aqui pra dar porrada!’. Pronto... tudo bem, então é o seguinte, o jogo é esse? É... então tem que ter um segundo time porque aí a gente parte pra outra coisa... é meu exercício é o seguinte, eu não sou assim empolgado e coisa e tal... eu já fiz e tal, mas não é uma coisa... também tem a história, tô véio, né? Aí eu acho que é fundamental que a gente consiga é... ter oportunidades, por exemplo, um trabalho seu! Porque você vai podendo desenhar o que foi que a universidade produziu...”. (informação verbal)<sup>14</sup>.*

A questão de estabelecer o diálogo com os “outros” é destacada na fala do informante Luiz, que acredita que a “porrada” não seria o melhor caminho escolhido pela militância. Sua ênfase também é dada para outros elementos importantes como a produção acadêmica sobre o tema, que ele enxerga como oportunidades de preparo. Sobre os caminhos já traçados e os aprendizados, outra militante comenta:

*“Eu acho que a gente tá num caminho, né, eu acho que é no caminho de novas formações, novas desconstruções, sabe? E também assim, é uma maneira da gente ter noção como é forte, sabe? O genocídio... e atuar como ativista porque é como a gente diz, a gente é muito perseguido... a gente vive nos terrenos que a gente tem que pisar assim... mas a gente não deve ter medo não, a gente deve encarar mesmo, eu tô aqui porque eu também tenho meu espaço, eu também tenho meu lugar e tenho que*

<sup>13</sup>Entrevista semiestruturada concedida por João a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 17/03/2017.

<sup>14</sup>Entrevista semiestruturada concedida por João a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 17/03/2017.

*dar a minha contribuição e eu acho que quando a gente pode e a gente tem espaço, a gente não tem que ter medo de falar, mesmo que saia uma palavra errada, uma palavra distorcida, mas são essas palavras que muitas vezes dá sentido a outras palavras, sabe? E quando tem alguém que tá ali tendo aquela reflexão e depois a gente vai entender o significado de tudo aquilo que tá ali naquele espaço... então eu aprendo, eu falo nas minhas falas que eu aprendo todos os dias, eu tô aprendendo com você agora...”. (informação verbal)<sup>15</sup>.*

Nas palavras de Joana, é preciso não ter medo de falar e de ocupar os espaços, pois, em sua visão, é a forma de continuar no caminho, na luta. O aprendizado surge como consequência das interações que se realizam e nas contribuições que são dadas e recebidas. A ideia de carregar a identidade de mulher negra e morar na periferia é centralizada pela entrevistada e contextualizada como desafio em torno da necessidade da atividade de militante das questões raciais:

*“Os desafios a gente nunca vai parar porque todos os dias a gente tem um desafio na nossa frente... o desafio que a gente tem que saber lidar com eles e pra mim um grande desafio é ser mulher negra, porque ser mulher negra morando em periferia, pobre! É um desafio muito grande... as pessoas não sabem o que é isso, só a gente... porque todo dia a gente leva uma gracinha... até... não generalizando todos... mas a gente escuta uma gracinha até do próprio negro que convive com a gente, entendeu? Então isso pra mim e pra muitas negras, isso é um grande desafio, mas aí a gente não pode levar isso ao pé da letra e saber dibrar, né? E a gente só pode dibrar descontruindo isso entre a gente mesmo, tipo ó eu não gosto dessa situação, mas a gente tem que saber lidar com isso... e pra mim... eu amo ser negra, não me envergonho de ser negra!”. (informação verbal)<sup>16</sup>.*

Sobre as perspectivas de desafios, são apresentados aspectos diferenciados que vão desde as estratégias de luta quanto à organização interna no tocante aos elementos externos aos movimentos sociais negros. Do ponto de vista da organização da militância, há percepções sobre a necessidade da união para se fortalecerem no cenário político:

*“[...] pra gente que é do Movimento Negro eu acho que a gente tem alguns desafios iniciais pra fazer. Primeiro grande desafio que a gente tem é começar a se unir, né? A gente tem um Movimento Negro que é muito diverso e que é extremamente violento consigo próprio, né? Isso infelizmente é uma realidade do nosso movimento, não é fácil ser militante negro, não é fácil porque é um movimento que ele tá todo pulverizado e isso também é fruto desse sistema racista, quando a gente temos negros que têm consciência da sua negritude muitas vezes e que faz a opção de fazer a sua militância numa perspectiva mais light, mais branda, aí vai e faz, não que seja importante, mas faz uma militância numa perspectiva da cultura,*

<sup>15</sup>Entrevista semiestruturada concedida por Joana a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 14/03/2017.

<sup>16</sup>Entrevista semiestruturada concedida por Joana a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 14/03/2017.

*da dança, da musicalidade e aí a gente vê expressões muito grandes dessa negritude e tal e a gente vê a galera preta cantando, dançando e tal, mas que não consegue articular essa questão, esses processos da cultura negra e tal a esse processo racista e de violência não consegue articular uma coisa com a outra, aí acaba que é bonito, mas esvaziado de sentido político e de combate ao racismo efetivamente... a esse ciclo de violência cometido pelo racismo, então acaba que fica frouxo... É preciso articular esses dois processos, eu preciso falar de estética, mas eu também preciso falar desse corpo negro que morre. **Quando um policial olha pra um preto, ele tá olhando um corpo físico e uma estética do cara preto! É dessa estética que a gente tá falando e a polícia mata por uma questão estética! A polícia mata um jovem de terreiro que tá lá nas suas expressões de religião e tal... morre! Né? De intolerância por essa questão de intolerância religiosa, enfim, e é essa uma grande questão que a gente precisa ter, a gente precisa resolver e entender que a gente precisa atingir muitas frentes porque o racismo ele é multifacetado, ele é complexo**”. (informação verbal, grifo nosso)<sup>17</sup>.*

Ao destacar a importância da união e a centralidade que envolve a violência racial e a morte negra, o entrevistado identifica que a questão puramente cultural pode esvaziar o sentido político que a questão racial traz em si, problematizando que o ponto em comum é o racismo e o corpo negro que morre a partir de uma lógica racista excludente. Assim, a prática ativista é central na opinião dos ativistas. Na fala de Paulo fica evidente que o importante é entender que o racismo mata e que por suas características físicas e culturais o negro torna-se alvo de um processo violento que faz ser indispensável à militância preparar-se.

*“Bom... o sentimento que tenho é que... o maior desafio que temos e não dá... nesse tema específico que você traz não dá pra gente pensar qualquer ação com o tema específico, ou a gente trata o todo, e aí você desdobra o passo a passo disso, **ou a gente tá fadado a repetir modelos eurocêntricos... nesse aspecto, o que nos incomoda hoje, a gente precisa fazer um ataque é... não na situação do... varejo... a gente tem trabalhado muito no varejo e a gente não consegue encontrar a unidade entre nós da produção coletiva, não conseguiu ainda... não é que não consegue... nesse processo a gente precisa atacar a causa, não os efeitos, e aí a gente tem trabalhado muito a questão dos efeitos, a causa... que nos leva a essa situação de desconforto para o povo negro, ela está no formato dessa democracia eurocêntrica que está aí... enquanto existir... não vou falar no mundo... vou falar no meu pertencimento, que é onde estou, que é Pernambuco, Brasil... enquanto perdurar esse modelo de democracia que tá aí, que é o modelo racista, né, a gente não vai conseguir realmente resolver as nossas necessidades** e aí eu me reporto de novo de trazer o que eu já falei, repetindo de que só vai ter uma saída pra gente atacar é... a causa é a gente construir o projeto do povo negro... se a gente construir esse projeto a gente se encontra preparado pra sentar com o outro... e*

<sup>17</sup>Entrevista semiestruturada concedida por Paulo a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 20/03/2017.

*aí produzir de fato uma ação que possa dissipar o racismo, enquanto existir racismo, né... a gente não consegue realmente chegar a lugar nenhum...".* (informação verbal, grifo nosso)<sup>18</sup>.

A questão da união foi algo que questionei a partir da exposição de Paulo durante a entrevista. Perguntei se ele considerava a militância fragmentada e se tinha relação com os formatos distintos de movimentos e coletivos raciais:

*"Não, não de formato... porque as pessoas são diferentes e as pessoas escolhem como querem fazer aquilo, mas o que eu falo de união é a união em termos de pauta, o que é que é prioritário pra gente enquanto negro, pra gente enquanto militante negro, pra gente tá dando maior força, maior incidência... a gente precisa tá ampliando as discussões, a gente precisa tá... porque o que é que acontece é tanta coisa pra dar conta que fica tão pulverizado e as discussões ficam tão pulverizadas que as coisas que são mais fundamentais acabam ficando... é, sendo deixadas de lado, né? É importante a cultura? É extremamente importante a cultura, mas assim, eu não consigo ter cultura se eu não tiver vivendo, sabe? Então, o que é que é mais importante agora? O que é que é pauta em que todo mundo, todos os segmentos, todos os coletivos deveriam estar pensando, sabe? Então, é mais essa coisa de direcionamento mesmo, de tipo 'ah, o que é que é prioridade agora, sabe?', é e aí cada um sair um pouco das suas caixinhas e pensar quais são os pontos que nos une, né? Então, o que é que nos une enquanto povo negro? E uma das coisas que nos une é essa coisa, é essa vulnerabilidade que a gente tem que tá sempre submisso, tá sempre sujeito a uma lógica de violência, isso é uma coisa que nos une e isso era uma coisa que deveria tá todo mundo pensando em como barrar, né? Mas não é assim, infelizmente...".* (informação verbal)<sup>19</sup>.

Nesse sentido, a discussão que Paulo traz é a de que a violência que atinge o negro deve ser a prioridade de pauta da militância antirracista na atualidade, uma vez que todas as outras questões só são possíveis se houver a sobrevivência do povo negro, e que não se constitui como uma preocupação em comum, pois não é dada a devida visibilidade à vulnerabilidade da vida negra.

Diante dos limites e possibilidades da militância percebidos pelos próprios militantes, João, do MNU, explana também sobre as questões da ancestralidade, como lições a serem seguidas e respeitadas:

*"[...] tenho também uma visão de perceber de que todo tema é importante pra se somar o todo... mas eu acho que tem ruído na nossa comunicação, né?... e eu tenho o prazer, as oportunidades de dialogar com todos, onde eu sou chamado, vou. Ficar muito no lugar da ancestralidade... ver, perceber e tentar fazer leitura de procedimentos... né... fazer isso, mas o que que eu percebo? E tenho... Hoje, hoje é... talvez a responsabilidade é minha*

<sup>18</sup>Entrevista semiestruturada concedida por João a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 17/03/2017.

<sup>19</sup>Entrevista semiestruturada concedida por Paulo a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 20/03/2017.

*tarafa, né?... quando eu falo, falar a partir de um acúmulo, então me escutam, né?... se não me escutam, mas assim... me escutam, né? E aí eu abuso desse direito de poder fazer a defesa que eu acredito... qual é a defesa que eu acredito? É que a gente precisa... os movimentos porque eu escuto eles dizendo o seguinte... tudo começou a partir do MNU, aí não tem moral pra dizer que não é... diga que num é? Porque eu também entendo que o MNU é o que é, porque teve Palmares! Nada aconteceu por acaso, e eu costumo dizer e eu falo com autoridade e tem três fases na caminhada de nós negros no Brasil... tem a fase de Palmares... e aí eu acho que foi uma fase rica porque ele tinha um elemento que a gente não conseguiu colocar no MNU, que é a Frente Negra, que aqui ela consegue exercer um papel mesmo festivo! Era muito festivo... que era os clubes sociais... tinha um elemento perfeito que era a solidariedade, a formação e a educação, tinha a educação como base e... alfabetizar... e... fazia um outro ponto que era a política, aí vem esse momento que é o MNU que gera tudo que tá aí...”. (informação verbal)<sup>20</sup>.*

Para o militante João, a experiência do MNU espelha as vivências de Palmares e da Frente Negra, que, na visão dele, trata-se de fases importantes e pontuais para a militância antirracista. Neste balanço histórico, aponta que a educação e a formação junto aos elementos da festividade e da solidariedade caracterizam a atuação do MNU e compõem a base a reproduzir-se.

*“[...] porque a gente sabe que **a violência não nos pertence, a violência não nos pertence, nós somos vítimas dessa violência**, então se a gente traz, se a gente reproduz essa violência que não é nossa, pra o nosso povo, pra os nossos pretos, a gente não sai do lugar, a gente não consegue superar esse ciclo de violência...”. (informação verbal, grifo nosso).<sup>21</sup>*

Observamos que as expressões dos militantes repetem essas categorias e ressaltam a necessidade de fortalecer uma militância centrada no combate ao racismo e aos seus efeitos na sociedade. No sentido de compreender essa violência que “não é nossa”, é cabível perceber que a teoria de Fanon sobre a violência presente nas obras *Os condenados da Terra* e *Pele Negra, máscaras brancas* dialoga diretamente com essa afirmação. Em Fanon (1968, p. 73), a violência é analisada como efeito físico e psicológico da colonização:

O aparecimento do colono significou, sincreticamente, morte da sociedade autóctone, letargia cultural, petrificação dos indivíduos. Para o colonizado, a vida só pode surgir do cadáver em decomposição do colono. [...] Essa práxis violenta é totalizante, visto que cada um se transforma em elo violento da grande cadeia, do grande organismo surgido como reação à violência primordial do colonialista.

Cumprido destacar que, nas palavras de Fanon, a violência se estabelece como um elo entre colono e colonizado. Para Fanon, a violência é intrínseca ao colonialismo e que pode

<sup>20</sup>Entrevista semiestruturada concedida por João a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 17/03/2017.

<sup>21</sup>Entrevista semiestruturada concedida por Paulo a Joyce Amâncio de Aquino Alves, em Recife-PE, no dia 20/03/2017.



transformar-se em revolução, pois enxerga que há também meios violentos para derrubar o colonialismo e vê na violência anticolonial uma práxis totalizante que liberta o colonizado de suas alienações.

O entrevistado reforça a necessidade de não reproduzir a violência, ao dizer que “*a gente vive num sistema racista e que outros pretos não têm culpa de reproduzir racismo e que a gente precisa alcançar essa galera pra começar a dizer ‘Ó, tu é preto também, né?’...*” como uma forma de identificar-se e não assimilar uma violência.

Trata-se da perspectiva de um processo contra-hegemônico que, ao nos reconhecermos inseridos em um sistema racista, podemos mensurar a dimensão do racismo, da violência e do genocídio, sobretudo na compreensão de que este traz a concepção de um processo de racismo ainda pouco reconhecido em nosso país e que o papel da militância em pautar esta bandeira enfrenta entraves, pois, ao exteriorizar e nomear o fenômeno do genocídio ao lado das estatísticas das mortes negras, os militantes e intelectuais são convidados a legitimar que é esse o termo que melhor define a real situação brasileira.

## 4 Considerações finais

Tratar do genocídio da população negra não é uma tarefa simples se não o atrelarmos à compreensão do racismo no Brasil, vinculando a isso a especificidade das nossas relações raciais. Isso porque a formação histórica dos movimentos sociais negros e a denúncia das desigualdades raciais permearam o debate no cenário político e contaram com a reivindicação desses movimentos junto ao Estado nas últimas décadas.

Observamos que nos discursos dos ativistas entrevistados os fenômenos do racismo e da violência estão interligados e refletem a situação da população negra no Brasil nos mais variados aspectos, como educação, saúde, segurança e moradia. As intensas mobilizações dos movimentos sociais negros apontam desde cedo as contradições raciais vivenciadas por esse segmento populacional, posto que o “racismo à brasileira” foi o principal obstáculo para avançarmos em igualdade e ainda orbita nas instituições e no nosso cotidiano.

Observamos que, nos últimos anos, os movimentos sociais negros intensificaram as mobilizações pelo fim do genocídio da população negra e protagonizaram as denúncias em todo o país. Em Recife, essas mobilizações ocorreram principalmente entre 2014 e 2016 e estavam relacionadas, em sua maioria, com os casos de mortes de jovens negros da periferia em nível nacional e local. Essas mobilizações reuniram gerações de militantes e pontuaram questões que podem ser traduzidas nos dizeres: como “a polícia mata preto todo dia!”, “Vidas negras importam” e “Contra o extermínio da juventude negra”.

Na luta por igualdade racial, os movimentos sociais negros buscam a participação política com os termos que acreditam ter força, pois, ao longo da história, o negro sempre foi alvo de expressões negativas como “é coisa de preto!”, “só podia ser negro” e outras mais. O compreensível é que os movimentos sociais negros construam os termos que acharem necessários para descrever a sua realidade. Aos poucos, tem crescido o esforço de reinterpretar as relações raciais no Brasil e as categorias “racismo” e “genocídio negro” respaldam discursos e práticas

que não são difíceis de comprovar no cotidiano. Um dos obstáculos permanece sendo o mito da democracia racial e as suas ramificações no debate público. Em nossa compreensão, o mito da democracia racial explica a perpetuação da especificidade do genocídio negro no Brasil e contribui para a sua ocorrência, pois é um mito que se mantém e que ainda não foi desconstruído, tornando necessário que os discursos sobre genocídio sejam sustentados de forma material e simbólica, pois expressam o teor antirracista de forma explícita.

O genocídio se apresenta como um discurso que evidencia o processo racista de morte institucionalizado, compondo a agenda política da militância antirracista como um projeto de resistência e de denúncia pública. Ademais, no tocante ao que propomos aqui – uma tentativa de compreender o que os discursos sobre o genocídio da população negra nos revelam –, quando realizamos as entrevistas com a militância antirracista sobre como percebiam o genocídio e como viam o desafio de enfrentá-lo, como respostas observamos um certo padrão que girava em torno de três termos: colonialismo, violência e mito da democracia racial. Então, o que nos inquietou foi tentar entender como se configuram os discursos imersos em outros conceitos.

No que concerne aos discursos sobre o genocídio da população negra, a compreensão apenas do termo jurídico internacional não auxilia a compreender a especificidade do genocídio no Brasil, porquanto o nosso genocídio se impõe historicamente. Porém, levando em consideração o diálogo global que o termo carrega, podemos notar que caracteriza pontualmente a mortalidade negra marcada por números expressivos. Os discursos sobre o genocídio da população negra analisados na pesquisa se apresentam da seguinte forma:

- a) duas matrizes sociais discursivas: a experiência dos negros revela as formas de violência a partir das raízes do Colonialismo e do mito da democracia racial, que se apresentam como “nó” de uma rede de significados e como uma maneira de denunciar que não rompemos com o Colonialismo e que o mito da democracia racial impede a legitimidade de tratar dessa dinâmica de violência racializada;
- b) a expressividade do genocídio da população negra não é algo novo no cenário político, pois é denúncia dos movimentos sociais negros desde a década de 1970, conforme aponta Abdias do Nascimento (1978), todavia destaca-se a relação com a violência letal na contemporaneidade, distinto do debate travado pelo autor. Dessa forma, constatamos ser um elemento de continuidade na estratégia de discurso e de mobilização, mas que é endossado pelas estatísticas da morte dos jovens negros no presente contexto;
- c) consideramos que a pauta racial da militância antirracista em Recife-PE acompanha uma dinâmica que tem crescido sobre a temática do genocídio da população negra e que emerge em todo o país a partir de 2013 com reivindicações ainda iniciais sobre essa agenda, mas que a partir dos discursos têm ampliado o debate diante de outros atores políticos como o Estado, Ministério Público, a universidade e a sociedade civil.

Portanto, só conseguimos compreender e especificar o discurso sobre o genocídio da população negra ao contemplar o antirracismo que formula uma luta por emancipação enquanto

forma de interpretar a desigualdade que vivenciam. Nessa acepção, a partir dos discursos, vimos que a maior teia de sentidos aponta para o entendimento do genocídio como estratégia discursiva para evidenciar o racismo e a violência direta estatal institucionalizada e cotidiana contra a população negra e compõe um fenômeno no cenário político não apenas específico de Recife-PE, mas do país no atual contexto, a partir da dinâmica da militância que pauta a desigualdade racial.

## Referências

ANDRADE, Francisco Jatobá. *Classe, raça e ação afirmativa: a política de inclusão social numa universidade pública de Pernambuco*. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, 2012.

AUDIÊNCIA será nesta quarta-feira (6 de maio), no Recife. CEERT, 06 maio 2015. Disponível em: <http://www.ceert.org.br/noticias/direitos-humanos/6877/audiencia-sera-nesta-quarta-feira-6-de-maio-no-recife>. Acesso em: 11 jun. 2017.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Tradução de José Lourênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEFFERMAN, Marisa. A luta contra o genocídio da juventude negra: reflexões sobre a realidade brasileira. In: 1807-0310; CRISIS Y Emergencias Sociales, 2013, Santiago. *Anais do 1807-0310*, 2013.

FERREIRA, Poliana da Silva; CAPPI, Riccardo. Contando as mortes de jovens negros: narrativas de um real insustentável. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 238, p. 543-467, 2016.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. As fronteiras raciais do genocídio. *Direito Unb*, jan./jun., v. 1, n. 1, 2014.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FREITAS, Felipe Silva. *Discursos e práticas das políticas de controle de homicídios: uma análise do “Pacto pela vida” do Estado da Bahia (2011-2014)*. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GUIMARÃES, Antonio Sergio. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PERNAMBUCO. Câmara Municipal de Recife. *Isabella debate genocídio da juventude negra*. 23 ago. 2016. <http://www.recife.pe.leg.br/noticias/isabella-debate-genocidio-da-juventude-negra>. Acesso em: 11 jun. 2017.

RAMOS, Paulo César. “*Contrariando a estatística*”: a tematização dos homicídios pelos jovens negros no Brasil. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

SENE, Adaíra. Segregação racial persiste na ocupação do Recife. *Jornal Diário de Pernambuco*, 19 nov. 2015. Disponível em: [http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2015/11/19/interna\\_vidaurbana,611257/segregacao-racial-persiste-na-ocupacao-do-recife.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2015/11/19/interna_vidaurbana,611257/segregacao-racial-persiste-na-ocupacao-do-recife.shtml). Acesso em: 10 jun. 2017.

VAN DIJK, Teun A. Discourse, context and cognition. *Discourse studies*, v. 8, 2006. Disponível em: [www.discourses.org](http://www.discourses.org). Acesso em: 10 jan. 2006.

VARGAS, João da Costa. A diáspora negra como genocídio: Brasil, Estados Unidos ou uma geografia supranacional da morte e suas alternativas. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)*, v. 1, n. 2, p. 31-65, jul./out. 2010.

VARGAS, João da Costa. Por uma Mudança de Paradigma: Antinegitude e Antagonismo Estrutural. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 48, n. 2, p. 83-105, jul./dez., 2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil*. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2014. Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014\\_JovensBrasil\\_Preliminar.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf). Acesso em: 27 jun. 2017.